

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.462 - MG (2019/0313789-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **AMARILDO REZENDE DA SILVEIRA (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por AMARILDO REZENDE DA SILVEIRA – preso preventivamente no contexto de aparente contumácia do crime de tráfico de drogas ilícitas – contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais denegou a medida pleiteada naquela instância, nos autos de n. 1.0000.19.120351-2/000 (e-STJ fl. 106):

“HABEAS CORPUS” – TRÁFICO DE DROGAS – LIBERDADE PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – INOCORRÊNCIA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – REITERADO CONTATO COM A JUSTIÇA CRIMINAL. A doutrina e a jurisprudência entendem que toda e qualquer espécie de prisão, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, tem natureza cautelar, o que significa dizer, deve estar devidamente comprovada a necessidade de tal restrição da liberdade. O reiterado contato do paciente com a justiça criminal é motivo justificador da cautela provisória, pois não se pode perder de vista que um dos escopos da segregação na fase cognitiva processual é, precisamente, garantir a ordem pública, consistente tal garantia em evitar que o delinquente volte a cometer delitos.

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou que as instâncias ordinárias não apontaram indícios válidos e suficientes quanto ao *periculum libertatis*, salientando que o recorrente é réu primário e exerce trabalho lícito há mais de dez anos, além de pai de duas crianças.

Em liminar e no mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 143/145).

O MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 151).

É o relatório. **Decido.**

As instâncias ordinárias vislumbraram indícios de que o paciente seria contumaz no delito de tráfico de drogas ilícitas (e-STJ fl. 60):

Não há nenhum indicador nos autos de que seja o indiciado pessoa de bem e trabalhador. Pelo contrário, o que se tem é que é indivíduo dado a envolvimento com as drogas, bastando analisar sua certidão de antecedentes criminais de fls. 11/14 e 18/verso.

Por ora não há que se apostar na sua soltura, pelo perigo de afetação à ordem pública, pois que se trata, este, de crime de alta gravidade e, se colocado em liberdade, quaisquer medidas cautelares que se lhe imponham, não serão suficientes nem adequadas para garantir a aplicação da lei penal e obstá-lo à repetição da prática criminosa de que é apontado autor.

Quanto à necessidade da segregação cautelar, portanto, constatou-se não apenas a gravidade do delito de tráfico de drogas ilícitas, mas também a aparente contumácia delitiva do recorrente. E é certo que tais circunstâncias legitimam a segregação cautelar, nas linhas dos seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. EMPREGO DE VIOLÊNCIA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs delineou o modus operandi empregado pelo paciente, consistente em roubo majorado pelo concurso de

agentes - o paciente e mais 4 corréus agrediram a socos um motorista ainda dentro de um carro, o retiraram do veículo e continuaram a espancá-lo; um dos corréus desferiu um soco na boca de uma passageira e, finalmente, foi subtraído o celular de outra das passageiras do veículo. Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (precedentes).

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Ordem denegada.

(HC 511.238/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 14/10/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE VIOLÊNCIA PARA ASSEGURAR A POSSE DA RES FURTIVA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE CONCRETA. HISTÓRICO PENAL DO RÉU. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROBABILIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada diante da gravidade concreta do delito denunciado e do histórico penal do acusado.

2. Caso em que o recorrente está sendo acusado de haver subtraído o aparelho de telefonia celular da vítima Ingrid, tendo, logo após a subtração da coisa, praticado atos de

violência contra a ofendida, agarrando-a pela cintura e agredindo-a com um pedaço de borracha, o que fez a fim assegurar a detenção da res furtiva - circunstâncias que denotam a excessiva periculosidade social do réu, autorizando a preventiva.

3. O fato de o acusado ostentar registro criminal anterior é circunstância que revela sua periculosidade social e a inclinação ao cometimento de crimes, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a praticar ilícitos, reforçando a necessidade da preventiva, especialmente quando já foi beneficiado com a liberdade provisória em outro processo e voltou a delinquir.

4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre in casu.

5. Demonstrada a imprescindibilidade da preventiva diante da excessiva periculosidade social do acusado, resta clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão para o acautelamento da ordem pública.

6. Não há como, em sede de habeas corpus, concluir que o acusado será beneficiado com a fixação do regime inicial mais brando ou com a substituição da pena corporal por restritiva de direitos no caso de eventual condenação, sobretudo em se considerando as particularidades do delito perpetrado e o seu histórico criminal.

7. Recurso ordinário improvido.

(RHC 110.307/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA REAL (SOCOS NO ROSTO DA VÍTIMA). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade

Superior Tribunal de Justiça

(ordem pública).

2. A prisão preventiva escorada no modus operandi, delineado em roubo por "arrastão", com emprego de violência real - consistente em socos no rosto da vítima -, na companhia de adolescente em conflito com a lei, demonstra a gravidade concreta da conduta que transborda do modelo típico do crime de roubo majorado e autoriza, assim, o acautelamento da coletividade.

3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

4. Segundo reiteradas manifestações do Superior Tribunal de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, por si só, conduzir à revogação da prisão preventiva.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 500.985/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019)

Ante o exposto, confirmando a decisão liminar e na linha do parecer ministerial, **nego provimento ao recurso.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator